PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
José Eivaldo Rocha Rotondano
PUBLICAÇÃO DE DESPACHOS E DECISÕES MONOCRÁTICAS

0103986-11.2007.8.05.0001 Apelação
Apelante : Banco do Brasil S.a.
Advogado : Alexandre Sales Vieira (OAB: 12491/BA)
Apelado : Eraldo Dantas de Santana
Advogado : Natália Silva Lima (OAB: 26788/BA)
Advogado : Danillo Augusto de Carvalho Cardoso (OAB: 28639/BA)
Advogado : Isabela Gama Sampaio (OAB: 33087/BA)

Fica a parte autora intimada a, no prazo de 15 dias, informar se tem interesse na adesão ao acordo firmado, no âmbito do Supremo Tribunal Federal - STF, entre a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), a Advocacia-Geral da União (AGU), o Banco Central (Bacen), o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e a Frente Brasileira Pelos Poupadores (Febrapo), sobre os planos econômicos Bresser de 1987, Verão de 1989 e Collor 2 de 1991.

SEÇÃO CRIMINAL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
Seção Criminal
PAUTA DE JULGAMENTO

Processos que deverão ser julgados pelo(a) Seção Criminal, em sessão Ordinária que será realizada em 31/07/2019 às 08:30, no Tribunal de Justiça da Bahia, 5ª Av. do CAB, nº 560. Salvador/BA - Brasil - CEP 41745-971.

Na forma do art. 183, §2º, do RITJBA, com a redação dada pela emenda regimental n. 12, disponibilizada no DJe de 31 de março de 2016, os advogados poderão apresentar pedido de julgamento presencial, com ou sem sustentação oral, até 30 (trinta) minutos antes do início da sessão de julgamento, dirigido ao Presidente do Órgão Julgador e entregue ao Diretor da respectiva Secretaria.

1-0000200-02.2017.8.05.0000 Revisão Criminal
Comarca : Caetité
Requerente : Anderson Carlos da Hora Xavier
Requerente : Josemar de Matos Batista
Advogado : Éder Adriano Neves David (OAB: 15325/BA)
Advogado : Fred Fabiano Neves David (OAB: 36642/BA)
Proc. Justiça : Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp
Advogado : Custodio Lacerda Brito (OAB: 5099/BA)

Relator : Jefferson Alves de Assis
Revisor : Eduarda de Lima Vidal
Adiado a pedido do(a) relator(a)
2-0002554-62.2006.8.05.0201 Embargos Infringentes e de Nulidade
Comarca : Porto Seguro
Embargante : Paulo de Lima Santos
Advogado : Antônio Apostolo de Lima (OAB: 12515/BA)
Embargado : Ministério Público
Promotor : Dioneles Leone Santana Filho
Proc. Justiça : Maria Augusta Almeida Cidreira Reis

Relator : Jefferson Alves de Assis
Revisor : Nágila Maria Sales Brito
Em sessão de 15/05/2019, adiado os Embargos pelo Relator. Pediu vista o Desembargador Mário Alberto Simões Hirs.

Em sessão de 05/06/2019, adiado por mais uma sessão
3-0028529-24.2017.8.05.0000/50000 Embargos de Declaração
Comarca : Paulo Afonso
Embargante : José Rogério Mendonça
Advogado : Mauricio Fernando Andrade da Costa (OAB: 25032/BA)
Proc. Justiça : Sheila Cerqueira Suzart (OAB: 10631/BA)

Relator : Jefferson Alves de Assis
Revisor : Nágila Maria Sales Brito

4-0003052-62.2018.8.05.0000/50001Embargos de Declaração
Comarca : Salvador
Embargante : Roberto José Oliveira Santana
Embargante : Grautech Construtora Ltda
Embargante : Oliveira Santana Construções Ltda
Embargante : Rafaela dos Santos Santana Hedjazi
Advogado : Abdul Latif Rodrigues Hedjazi (OAB: 3898/BA)
Advogado : Edson Almeida de Jesus Júnior (OAB: 21605/BA)
Advogado : João Paulo Franco Pedreira (OAB: 20935/BA)
Embargado : João Paulo Santos Shoucair
Advogado : Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa (OAB: 11024/BA)
Embargado : Aroldo Almeida Pereira
Proc. Justiça : Sara Mandra Moraes Rusciolelli Souza (OAB: 7265/BA)

Relator : Julio Cezar Lemos Travessa
Revisor :

5-0000813-51.2019.8.05.0000Conflito de Jurisdição
Comarca : Lauro de Freitas
Suscitante : Juiz de Direito de Lauro de Freitas - 2ª Vara Criminal
Suscitado : Juiz de Direito de Lauro de Freitas - Juizado Especial Criminal
Interessado : Robson Santos Costa
Interessado : Ministério Público do Estado da Bahia
Promotora : Nazira de Albuquerque Quixadá
Proc. Justiça : Elza Maria de Souza

Relator : Abelardo Paulo da Matta Neto
Revisor :

6-0394639-65.2013.8.05.0001Embargos Infringentes e de Nulidade
Comarca : Salvador
Embargante : Katia Vargas Leal Pereira
Advogado : José Luis Mendes de Oliveira Lima (OAB: 107106/SP)
Advogado : Rodrigo Nascimento Dall Acqua (OAB: 174378/SP)
Advogado : Daniel Kignel (OAB: 329966/SP)
Advogada : Camila Torres Cesar (OAB: 247401/SP)
Advogada : Marcela da Silveira Pinto e Pedreira Cardoso (OAB: 35527/BA)
Proc. Justiça : Rômulo de Andrade Moreira (OAB: 11022/BA)
Embargado : Ministério Público do Estado da Bahia
Promotor : Antônio Luciano Silva Assis
Ass. Acusação : Daniel Keller

Relator : Lourival Almeida Trindade
Revisor : Carlos Roberto Santos Araújo

Salvador, 23 de julho de 2019.

Zelia Maria de Souza Veloso
Diretor(a) da Secretaria da Seção Criminal

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
Des. Luiz Fernando Lima Seção Criminal
DESPACHO
8009520-66.2019.8.05.0000 Revisão Criminal
Jurisdição: Tribunal De Justiça
Requerente: Renan Nunes Gomes
Requerido: Ministerio Publico Do Estado Da Bahia

Despacho:
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
Seção Criminal

Processo: REVISÃO CRIMINAL n. 8009520-66.2019.8.05.0000
Órgão Julgador: Seção Criminal
REQUERENTE: RENAN NUNES GOMES
Advogado(s):
REQUERIDO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA
Advogado(s):

DESPACHO

Encaminhem-se os autos à douta Procuradoria de Justiça para que se pronuncie.
Publique-se. Cumpra-se.

Salvador/BA, 25 de junho de 2019.
Des. Luiz Fernando Lima Seção Criminal
Relator

A04IS

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Des. Luiz Fernando Lima Seção Criminal

DESPACHO

8013632-78.2019.8.05.0000 Conflito De Jurisdição

Jurisdição: Tribunal De Justiça

Suscitante: Juízo Da 1ª Vara Criminal Da Comarca De Porto Seguro

Suscitado: Juízo De Direito De Porto Seguro, 1ª Vara Do Sistema De Juizados Especiais

Despacho:

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Seção Criminal

Processo: CONFLITO DE JURISDIÇÃO n. 8013632-78.2019.8.05.0000

Órgão Julgador: Seção Criminal

SUSCITANTE: JUÍZO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PORTO SEGURO

Advogado(s):

SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DE PORTO SEGURO, 1ª VARA DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS

Advogado(s):

DESPACHO

Encaminhem-se os autos à douta Procuradoria de Justiça para que se pronuncie.

Publique-se. Cumpra-se.

Salvador/BA, 15 de julho de 2019.

Des. Luiz Fernando Lima Seção Criminal

Relator

A.03-CK

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Des. Luiz Fernando Lima Seção Criminal

DESPACHO

8013535-78.2019.8.05.0000 Revisão Criminal

Jurisdição: Tribunal De Justiça

Requerente: Marcos Bonfim Da Silva

Advogado: Luiz Carlos Souza Vasconcelos Junior (OAB:0043462/BA)

Requerido: Ministerio Publico Do Estado Da Bahia

Despacho:

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Seção Criminal

Processo: REVISÃO CRIMINAL n. 8013535-78.2019.8.05.0000

Órgão Julgador: Seção Criminal

REQUERENTE: MARCOS BONFIM DA SILVA

Advogado(s): LUIZ CARLOS SOUZA VASCONCELOS JUNIOR (OAB:0043462/BA)

REQUERIDO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Advogado(s):

DESPACHO

Vistos, etc. Remetam-se os autos à Procuradoria de Justiça.

Publique-se.

Salvador/BA, 22 de julho de 2019.

Des. Luiz Fernando Lima Seção Criminal

Relator

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Des. Eserval Rocha Seção Criminal

DECISÃO

8007552-98.2019.8.05.0000 Habeas Corpus Criminal

Jurisdição: Tribunal De Justiça

Impetrante: Defensoria Pública Do Estado Da Bahia

Impetrado: Secretaria De Administração Penitenciária E Ressocialização

Paciente: Ronaldo Lucio Da Silva

Paciente: Ronilton Silva Dos Santos Bié

Paciente: Rozemberg Dos Santos Silva

Paciente: Ruan Everto Almeida Dos Santos

Paciente: Samuel De Souza Bispo

Decisão:

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Seção Criminal

Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8007552-98.2019.8.05.0000

Órgão Julgador: Seção Criminal

IMPETRANTE: Defensoria Pública do Estado da Bahia e outros (5)

Advogado(s):

IMPETRADO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO

Advogado(s):

DECISÃO

I – A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA impetrou ordem de Habeas Corpus apontando como autoridade coatora o Secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado da Bahia.

Verificou-se que a inicial da presente impetração não aponta quem são os pacientes e não foi instruída com qualquer documento, motivo pelo qual foi determinado, no evento nº 3291116, que a Impetrante sanasse a omissão apontada.

Embora devidamente intimada, pessoalmente, para regularizar a instrução da exordial, consoante certidão de evento nº 3534993, a Presentante da Defensoria Pública quedou-se inerte (consoante certificado no evento nº 3917314).

II – Observa-se, do quanto narrado, que a Defensoria Pública deixou de observar as regras contidas no art. 257, caput e inciso I, e no art. 258 do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal de Justiça, segundo o qual:

Art. 257 - A petição de habeas corpus, além dos nomes do impetrante, do paciente e do coator, deverá conter:

I - os fundamentos do pedido e, se possível, a prova documental dos fatos alegados;

Art. 258 - O pedido, quando subscrito por Advogado do paciente, não será conhecido se não vier instruído com os documentos necessários ao convencimento preliminar da existência do motivo legal invocado na impetração, salvo alegação razoável da impossibilidade de juntá-los desde logo.

Impende ressaltar que, além do Habeas Corpus ser uma ação de rito sumário, que demanda prova pré-constituída e não comporta dilação probatória, in casu, a presença desses elementos é indispensável para o deslinde satisfatório do feito.

Como já mencionado na decisão que determinou a intimação da Impetrante, a fundamentação jurídica da ação constitucional e juntada de documentos cabe à Defensoria Pública, a fim de se promover máxima eficácia ao disposto no art. 134, caput, da Constituição Federal, não cabendo ao relator promover atos de instrução do processo.

II – Dessa forma, tendo sido a Impetrante intimada para, em 10 (dez) dias, sanar o defeito apontado, sem regularizar o feito, indefiro liminarmente o pedido, nos termos do art. 258, caput, e do art. 259, § 2º, do Regimento Interno desta Corte.

P. I. e C.

Salvador, 15 de julho de 2019.

Desembargador Eserval Rocha

Relator

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

SEÇÃO CRIMINAL

PAUTA DE JULGAMENTO

Processos que deverão ser julgados pelo(a) Seção Criminal, em Sessão Ordinária que será realizada em 31/07/2019 às 08:30:00, no Tribunal de Justiça da Bahia, 5ª Av. do CAB, nº 560. Salvador/BA - Brasil - CEP 41745-971.

Na forma do art. 183, §2º, do RITJBA, com a redação dada pela emenda regimental n. 12, disponibilizada no DJe de 31 de março de 2016, os advogados poderão apresentar pedido de julgamento presencial, com ou sem sustentação oral, até 30 (trinta) minutos antes do início da sessão de julgamento, dirigido ao Presidente do Órgão Julgador e entregue ao Diretor da respectiva Secretaria.

Ordem: 1

Processo: 8003768-50.2018.8.05.0000 REVISÃO CRIMINAL

Relator: LOURIVALALMEIDA TRINDADE

Partes: KAFILA DA ROCHA COELHO

MINISTERIO PUBLICO

Comarca: Salvador

- Ordem: 2
Processo: 8014184-77.2018.8.05.0000 REVISÃO CRIMINAL
Relator: CARLOS ROBERTO SANTOS ARAUJO
Partes: JOAO LOPES DOS SANTOS NETO
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL DA PRIMEIRA TURMA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
Advogado(s): MARCELO DOS SANTOS CARNEIRO PORTO (BA 82320)
- Comarca: Salvador
Ordem: 3
Processo: 8015238-78.2018.8.05.0000 EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO
Relator: ALIOMAR SILVA BRITTO
Partes: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA
JUIZ COORDENADOR DO GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO
Comarca: Salvador
- Ordem: 4
Processo: 8016899-92.2018.8.05.0000 REVISÃO CRIMINAL
Relator: PEDRO AUGUSTO COSTA GUERRA
Partes: ALEXANDRE DAPAIXAO OLIVEIRA
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA
Advogado(s): ABDON ANTONIO ABBADE DOS REIS (BA 976)
KATHYA SOUZA FALCAO DA SILVA (BA 26890)
Comarca: Salvador
- Ordem: 5
Processo: 8018581-82.2018.8.05.0000 MANDADO DE SEGURANÇA (CRIMINAL)
Relator: SORAYA MORADILLO PINTO
Partes: IRACEMA GUIMARAES BARRETTO ARAUJO
DESEMBARGADOR(A) RELATOR (A) DO PROCESSO Nº 0015271-49.2014.8.05.0000, SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
Advogado(s): JULIANA PINHEIRO DAMASCENO E SANTOS (BA 2066)
Comarca: Salvador
- Ordem: 6
Processo: 8018868-45.2018.8.05.0000 REVISÃO CRIMINAL
Relator: NILSON SOARES CASTELO BRANCO
Partes: LUSEMBERG DE AGUIAR BALDINI
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
Advogado(s): ANDRE LUIS DO NASCIMENTO LOPES (BA 4498)
Comarca: Salvador
- Ordem: 7
Processo: 8019718-02.2018.8.05.0000 REVISÃO CRIMINAL
Relator: PEDRO AUGUSTO COSTA GUERRA
Partes: ROBERIO LACERDA SILVA
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA
Advogado(s): MARCELO ROCHA FERREIRA (BA 3483)
Comarca: Salvador
- Ordem: 8
Processo: 8026274-20.2018.8.05.0000 REVISÃO CRIMINAL
Relator: CARLOS ROBERTO SANTOS ARAUJO
Partes: MANOEL ALVES GONCALVES
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
Advogado(s): RICARDO SANTOS PEREIRA (BA 8475)
Comarca: Salvador
- Ordem: 9
Processo: 8000102-07.2019.8.05.0000 REVISÃO CRIMINAL
Relator: LUIZ FERNANDO LIMA
Partes: CRISPIIM DOS SANTOS CONCEICAO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
Advogado(s): JOHNNY DA SILVA CORREIA (BA 77410)
Comarca: Salvador
- Ordem: 10
Processo: 8002413-68.2019.8.05.0000 REVISÃO CRIMINAL
Relator: SORAYA MORADILLO PINTO
Partes: EDNALDO SOUZA DE JESUS
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
Advogado(s): GILDO LOPES PORTO JUNIOR (BA 1351)
Comarca: Salvador

Ordem: 11
Processo: 8002733-21.2019.8.05.0000 REVISÃO CRIMINAL
Relator: LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
Partes: UDSON TIAGO PEREIRA DE OLIVEIRA
MINISTERIO PUBLICO
Advogado(s): ADRIANA MACHADO E ABREU (BA 8241)
Comarca: Salvador

Ordem: 12
Processo: 8003569-91.2019.8.05.0000 CONFLITO DE JURISDIÇÃO
Relator: SORAYA MORADILLO PINTO
Partes: JUÍZO DA 2ª VARA CRIMINAL DE LAURO DE FREITAS
JUÍZO DA 2ª VARA CRIMINAL DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS DA COMARCA DE LAURO DE FREITAS
Comarca: Salvador

Ordem: 13
Processo: 8003581-08.2019.8.05.0000 CONFLITO DE JURISDIÇÃO
Relator: RITA DE CASSIA MACHADO MAGALHAES
Partes: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA
JUÍZO DA 12ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SALVADOR
Comarca: Salvador

Ordem: 14
Processo: 8005370-42.2019.8.05.0000 REVISÃO CRIMINAL
Relator: JOSE ALFREDO CERQUEIRA DA SILVA
Partes: JOELMA CARVALHO BRUNO
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA
Advogado(s): QUENIA ALMEIDA FIGUEIREDO (BA 03770)
SUIA SANTANA FIGUEIREDO DE VIVEIROS (BA 09550)
WELLINGTON SANTOS FIGUEIREDO (BA 27770)
Comarca: Salvador

Ordem: 15
Processo: 8006814-13.2019.8.05.0000 REVISÃO CRIMINAL
Relator: CARLOS ROBERTO SANTOS ARAUJO
Partes: RONAILSON SILVA SOUZA
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA
Advogado(s): FABIANO DE SOUZA MELO (PE 08260)
Comarca: Salvador

Ordem: 16
Processo: 8007063-61.2019.8.05.0000 CONFLITO DE JURISDIÇÃO
Relator: INEZ MARIA BRITO SANTOS MIRANDA
Partes: JUÍZO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LAURO DE FREITAS
JUÍZO DA 2ª VARA DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE LAURO DE FREITAS
Comarca: Salvador

Ordem: 17
Processo: 8007166-68.2019.8.05.0000 CONFLITO DE JURISDIÇÃO
Relator: CARLOS ROBERTO SANTOS ARAUJO
Partes: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LAURO DE FREITAS
JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DO SISTEMA DO JUIZADO DA COMARCA DE LAURO DE FREITAS
Comarca: Salvador

Ordem: 18
Processo: 8007570-22.2019.8.05.0000 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Relator: IVONE RIBEIRO GONCALVES BESSA RAMOS
Partes: SIDNEI DE JESUS SOUZA
Secretario de Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado da Bahia
Comarca: Salvador

Ordem: 19
Processo: 8008314-17.2019.8.05.0000 REVISÃO CRIMINAL
Relator: CARLOS ROBERTO SANTOS ARAUJO
Partes: VALDEMAR SIPRIANO DOS SANTOS
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA
Advogado(s): JULIVAL QUINTO DOS SANTOS (BA 4623)
PAULO JOSE ROCHA DE OLIVEIRA (SP 88567)
Comarca: Salvador

Ordem: 20
Processo: 8008470-05.2019.8.05.0000 CONFLITO DE JURISDIÇÃO
Relator: CARLOS ROBERTO SANTOS ARAUJO
Partes: JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE FEIRA DE SANTANA
JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMESTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE FEIRA DE SANTANA-BA
Comarca: Salvador

Ordem: 21
Processo: 8008482-19.2019.8.05.0000 CONFLITO DE JURISDIÇÃO
Relator: JOSE ALFREDO CERQUEIRA DA SILVA
Partes: Juiz da 1ª Vara Criminal de Itabuna
Juiz da 2ª Vara do Sistema dos Juizados da Comarca de Itabuna
Comarca: Salvador

Ordem: 22
Processo: 8011361-96.2019.8.05.0000 EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE
Relator: INEZ MARIA BRITO SANTOS MIRANDA
Partes: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA
IVAN PEREIRADA SILVA
Comarca: Salvador

Ordem: 23
Processo: 8003858-58.2018.8.05.0000 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (CÍVEL)
Relator: ESERVAL ROCHA
Partes: JOSE CARLOS RIBEIRO DE MATOS
JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIME DA COMARCA RIBEIRA DO POMBAL
Advogado(s): MARIO SILVA CABRAL (BA 0578)
Comarca: Salvador

Ordem: 24
Processo: 8002495-02.2019.8.05.0000 HABEAS CORPUS CRIMINAL
Relator: ALIOMAR SILVA BRITTO
Partes: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DA BAHIA
JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ALAGOINHAS - BAHIA
Comarca: Salvador

Ordem: 25
Processo: 8017873-32.2018.8.05.0000 REVISÃO CRIMINAL
Relator: IVONE RIBEIRO GONCALVES BESSA RAMOS
Partes: TIAGO SANTOS AROUCA
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA
Comarca: Salvador

Ordem: 26
Processo: 8025892-27.2018.8.05.0000 REVISÃO CRIMINAL
Relator: LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
Partes: FABIO SANTOS BARRETO
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA
Advogado(s): ARTUR DA ROCHA REIS NETO (BA 7786)
Comarca: Salvador

Ordem: 27
Processo: 8007391-88.2019.8.05.0000 REVISÃO CRIMINAL
Relator: LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
Partes: JAMISNEY MATIAS SOUSA
MINISTERIO PUBLICO
Advogado(s): CUSTODIO LACERDA BRITO (BA 09900)
Comarca: Salvador

Ordem: 28
Processo: 8006582-98.2019.8.05.0000 REVISÃO CRIMINAL
Relator: LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
Partes: JOAO TEIXEIRA LEAL
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA
Advogado(s): FLAVIO COSTA DE ALMEIDA (BA 43910)
Comarca: Salvador

Ordem: 29
Processo: 8025818-70.2018.8.05.0000 CONFLITO DE JURISDIÇÃO
Relator: CARLOS ROBERTO SANTOS ARAUJO
Partes: JUÍZO DOS FEITOS RELATIVOS A DELITOS PRATICADOS POR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM DE DI-
NHEIRO DA COMARCA DE SALVADOR-BA
JUÍZO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SIMÕES FILHO-BAHIA
Comarca: Salvador

Ordem: 30
Processo: 8008160-96.2019.8.05.0000 CONFLITO DE JURISDIÇÃO
Relator: ALIOMAR SILVABRITTO
Partes: JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª VARA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA DA COMARCA DE CAMAÇARI - BAHIA
JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAMAÇARI-BA
Comarca: Salvador

Ordem: 31
Processo: 8023283-71.2018.8.05.0000 REVISÃO CRIMINAL
Relator: RITA DE CASSIA MACHADO MAGALHAES
Partes: HENRIQUE RODRIGUES DE OLIVEIRA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
Advogado(s): LEANDRO CERQUEIRA ROCHEDO (BA 7472)
Comarca: Salvador

Pauta de Julgamento originária do sistema PJE

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
Eserval Rocha
PUBLICAÇÃO DE DESPACHOS E DECISÕES MONOCRÁTICAS

0014833-52.2016.8.05.0000 Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor : Ministério Público do Estado da Bahia
Promotor : Ana Rita Pinheiro Rodrigues
Réu : Carlos Clériston Santana Gomes, Prefeito do Município de Santa Brígida -ba
Advogado : Vicente de Paula Santos Carvalho (OAB: 41991/BA)
Réu : Manuel Júnior da Silva Santos
Def. Público : Antônio Raul Borges Palmeira (OAB: 5702/BA)
Réu : Cleandro Robson Alves de Ramalho
Def. Público : Antonio Raul Borges Palmeira

I - Trata-se de Ação Penal Originária ajuizada contra o PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA BRÍGIDA - CARLOS CLÉRISTON SANTANA GOMES, MANUEL JÚNIOR DA SILVA SANTOS e CLEANDRO ROBSON ALVES DE RAMALHO, acusados de praticar os crimes previstos no art. 1º, inciso II, do Decreto Lei nº 201/67, art. 90, caput, da Lei nº 8.666/93 c/c artigos 29 e 69 do Código Penal Brasileiro. Narra a exordial acusatória que o alcaide CARLOS CLÉRISTON SANTANA GOMES teria deflagrado o pregão presencial nº 72/2014, no dia 16/4/2014, para contratação de serviços especializados de divulgação e organização de eventos, havendo celebrado contrato em 2/5/2014, no valor global de R\$137.800,00 (cento e trinta e sete mil e oitocentos reais) com a empresa vencedora. Assevera, contudo, que o certame teria sido direcionado à única empresa participante, firma em nome individual ANATÉRCIA BATISTA NETO, nome fantasia BIGBALADAS PRODUÇÕES E EVENTOS, CNPJ nº 19777032/0001-26. Apresenta como indícios do referido favorecimento o fato de a empresa vencedora ter sido constituída apenas 2 (dois) meses antes da celebração do contrato, ter ela destinado a sua 1ª (primeira) nota fiscal, emitida na data de 09/06/2014, no valor de R\$860,00 (oitocentos e sessenta reais) em favor da Prefeitura de Santa Brígida e em razão da suposta participação de dois servidores públicos municipais: CLEANDRO ROBSON ALVES DE RAMALHO - matrícula nº 4302, que foi contratado como auxiliar de serviços gerais pela Prefeitura de Santa Brígida em 02/01/2014, menos de 1 (um) mês antes de a empresa impugnada ter sido registrada, pela companhia do apontado servidor, no dia 24/02/2014 - e MANUEL JÚNIOR DA SILVA SANTOS - matrícula nº 2338, que se apresentava nas redes sociais como sendo o gerente da aludida empresa e foi designado, no dia 27/5/2014, mediante a Portaria nº 422/2014, para presidir a Comissão Licitatória do Município. Ressalta que, embora no edital do pregão constasse expressa vedação à participação de servidores do quadro - consoante disposto no art. 9, III, da Lei de Licitações - o alcaide não apenas permitiu, mas utilizou do resultado da adjudicação para retribuir anteriores préstimos, haja vista que, supostamente, no ano de 2012, teve cobertura fotográfica e divulgação gratuita da sua campanha política pelos mesmos servidores públicos CLEANDRO e MANUEL, através do sítio eletrônico www.bigbaladas.com.br. Conclui que, valendo-se do certame encenado, explicitado nos vínculos que uniam o gestor público e os demais denunciados, utilizou-se o prefeito, indevida e voluntariamente, em proveito daqueles, de recursos municipais com o propósito de retribuir-lhes anteriores préstimos eleitorais, e para tal subscreveu o instrumento contratual nº 122/2014 e ordenou os pagamentos representados nos documentos de despesa de nos 2964; 1400; 1417; 1643; 1647; 1643; 2031; 2461; 3321; 3322; 1400; 2707; 3463; 2643; 3463 (vols. II e III). Embasado nesses argumentos, pugna pela condenação dos denunciados e, com o intuito de comprovar as acusações, juntou os documentos de fls. 7/821. Intimados, conforme certidão às fls. 839-verso/841-verso, os denunciados deixaram escoar o prazo legal sem oferecer resposta